



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 – Ponto Central - CEP 44.032-620 - Feira de Santana-Bahia
CGC: 01.149.432/0001-21
Telefax: (75) 3616-9451
Site: www.fat.edu.br
E-mail: fat@fat.edu.br

EMENTA / PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO / SEMESTRE LETIVO
Administração	2015.2
DISCIPLINA	CÓDIGO DA DISCIPLINA
Direito Administrativo – Optativa 2	ADM 085
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
36h.	8º

EMENTA

Direito Administrativo: conceito e princípios norteadores. Função do Estado e organização da administração pública. Princípios constitucionais da administração pública: Princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade. O ato administrativo: conceito, elementos, classificação, extinção, alteração, suspensão. O contrato administrativo: as licitações, concorrência pública, tornada de preços, convite. Concurso. Leilão. Conceito, formação, execução. Modificação, extinção e nulidade do contrato administrativo. Dos agentes administrativos. Agentes funcionários e não-funcionários. Direito e processo disciplinar. Improbidade administrativa. Crimes de responsabilidade. Direito de greve.

OBJETIVOS

Oferecer ao aluno conhecimentos acerca do aparato normativo que regula as relações individuais e coletivas, bem como o papel do administrador na gestão pública: direitos, responsabilidades e obrigações.

PERFIL DO EGRESSO

O curso de Administração da FAT objetiva a formação de um profissional generalista-humanista capaz de empreender transformações com competência técnico-científica, com espírito crítico, lógico e analítico; com atitudes e habilidades centradas em aspectos como: flexibilidade; capacidade de

trabalhar em equipe, norteado pelo princípio da alteridade; responsabilidade ética; visão sistêmica e multidisciplinar; adaptabilidade; capacidade analítica para implementar ações inovadoras e criativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Administração pública e direito administrativo
2. Fontes do direito administrativo
3. Princípios da administração pública
 - 3.1 Princípios administração pública constitucionalmente expressos :
 - 3.1.1 Princípio da legalidade
 - 3.1.2. Princípio da impessoalidade
 - 3.1.3 Princípio da moralidade
 - 3.1.4 Princípio da publicidade
 - 3.1.5 Princípio da eficiência
4. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
 - 4.1 Órgãos públicos
 - 4.1.1 Autarquias
 - 4.1.2 Fundação pública
 - 4.1.3 Empresas públicas
 - 4.1.4 Sociedades de economia mista
5. ATOS ADMINISTRATIVOS
 - 5.1 Requisitos do ato administrativo
 - 5.2 Atributos do ato administrativo
 - 5.3 Classificação dos atos administrativos
 - 5.4 Invalidação dos atos administrativos.
6. PODERES ADMINISTRATIVOS
 - 6.1 Poder regulamentar
 - 6.2 Poder hierárquico
 - 6.3 Poder disciplinar
 - 6.4 Poder de polícia
7. AGENTES PÚBLICOS
 - 7.1 Classificação:
 - 7.1.1 Agentes políticos;
 - 7.1.2 Servidores públicos;
 - 7.1.3 Servidores estatutários;
 - 7.1.4 Empregados públicos
 - 7.1.5 Servidores temporários.
8. LICITAÇÃO PÚBLICA

8.1 Princípios gerais da licitação

8.2 Modalidades de licitação

8.3 Procedimento da licitação

9. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Lei nº 8.429/92

9.1 Sujeito passivo e. Sujeito ativo

9.2 Atos de improbidade

9.2.1 Atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito

9.2.2. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário; Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública

METODOLOGIA

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura de livros e textos.
- Grupos de discussão.
- Trabalhos e estudos dirigidos e de casos, individuais ou em grupos.

AVALIAÇÃO

Por semestre são atribuídas 2 (duas) notas resultantes das verificações de aproveitamento do aluno. A nota final do semestre resulta do cálculo da média aritmética das notas do período. Em casa unidade será aplicada uma prova com valor 8,0 e uma atividade avaliativa com valor 2,0

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado, 12ª ed. São Paulo, Atlas, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo. Malheiros, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. São Paulo. Editora Método. 2014

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo. Fórum. 2012.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo. Saraiva. 2012.

ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. Motivação e Controle do Ato Administrativo. São Paulo. DelRey. 2005.

BARROS, Wellington Pacheco, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo. Atlas. 2008.

PROFESSOR (A) RESPONSÁVEL PELA

COORDENADOR (A) DO COLEGIADO DO

DISCIPLINA:	CURSO
Prof ^ª . Me. Edvanda Sena de São Pedro	Prof ^ª . Dr ^ª . Ana Rita S. Sacramento.

DIREÇÃO ACADÊMICA	DIREÇÃO GERAL
Prof. Dr. José Maria Dias Filho	Prof. Antonio Walter Moraes Lima